

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

JACKSON FELIX FREITAS

**FRAGMENTOS DO PROCESSO IDENTITÁRIO DA REPÚBLICA RIO-
GRANDENSE COM BASE NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS**

São Leopoldo

2019

JACKSON FELIX FREITAS

FRAGMENTOS DO PROCESSO IDENTITÁRIO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE
COM BASE NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
História do Rio Grande do Sul na
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Beber

São Leopoldo

2019

“O luxo que ostentam os empregados públicos não pode manter-se com o seu ordenado, inda que duplicado fosse. Por isso eles serão venais.”

Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845.
Antônio Vicente da Fontoura, 1984.

Resumo: Considerando que a “República Rio-Grandense” tendeu a se conformar como um protoestado nacional, é possível uma construção identitária a partir das relações diplomáticas – num sentido “lato”, abrangendo aí tratados de mútuo apoio bélico, acordos secretos, facilitação de contrabando e espionagem – desta com “os outros” em um processo de alteridade, sejam estes outros “os legalistas”, os representantes do Império – Ministérios ou Parlamento –, ou aqueles que estiveram à frente da reconfiguração do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, tanto do Paraguai como das Províncias de Buenos Aires e do “Litoral”, e do Uruguai. Como os republicanos viam a si próprios e como eram vistos pelos outros, com base na historiografia e nas fontes primárias citadas, é o mote deste artigo.

Palavras-chave: Identidade. Alteridade. Relações diplomáticas. República Rio-Grandense.

1 INTRODUÇÃO

Tecer quaisquer considerações a respeito daquela que passou à História do Brasil como a “Revolução Farroupilha” significa, em um primeiro momento, uma arriscada empreitada, na medida em que o evento histórico saiu, por assim dizer, da história, passando à mitologia, e embasou a criação do gentílico gaúcho, homem que dominou, sempre acompanhado do cavalo, a região do pampa, acidente geográfico que se estendia nos outrora domínios de ambas as coroas ibéricas, cuja

Fronteira era um espaço de circulação de homens e de seus bens, que permitia a própria sobrevivência dessa sociedade. Quando os interesses privados eram cúmplices dos interesses do Estado, como no caso da fronteira platina no século XIX, ainda melhor.¹

Para a historiografia tradicional, a Revolução Farroupilha tornou-se o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas “tendências libertárias”. Quanto a seus principais vultos, converteram-se nos exemplos mais representativos da “raça” gaúcha, tais como altivez, coragem, desprendimento.

Todas estas idealizações se articulam dentro de uma visão mais global que vê na formação histórica sulina a “democracia dos pampas”, na sociedade da campanha a “ausência de classes” e no gaúcho o “monarca das coxilhas”, o “centauro dos pampas”.²

As comemorações da Revolução Farroupilha evocam, ainda hoje, e talvez mais do que nunca, o gaúcho homogêneo, amalgamado que foi pela vida do campo e da guerra, sempre lutando, contra os animais, contra o tempo, contra “os outros”.

Contudo, o repisar em pesquisas abalizadas e metódicas da lavra de cientistas históricos como Guazzelli, Wasserman, Piccolo, Padoin, Leitman e Tau Golin nos indica um caminho muito mais árido, até labiríntico, com inícios, retornos, retomadas, recomeços, mudanças de curso premeditadas e inusitadas, de um movimento que pode muito bem ter suas origens em um contexto de independência do Brasil em relação à metrópole, na medida em que a Província de São Pedro teve uma matriz e uma ocupação lusa, mas também podemos ir além, até uma Europa das ideias liberais do Iluminismo, acuada pelo expansionismo napoleônico, cujas palavras de ordem eram liberdade, igualdade, fraternidade e pátria (facilmente transmutadas, em um segundo momento, para Estado Nacional Burguês), e que

¹ KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

desmontou a tão bem arquitetada estrutura colonial espanhola, incitando os “criollos” a tomarem as rédeas do seu destino.

A Província de São Pedro, após sustentar um longo período de ocupação da “Banda Oriental”, anexada ao Império do Brasil como “Cisplatina” – e com laços muito mais fortes com Buenos Aires e Montevideú do que com o Rio de Janeiro – vê os seus interesses eminentemente econômicos, na medida em que a ocupação do pampa platino e o livre trânsito de animais se veem afetados pela imposição de “fronteiras”, ruírem por conta da “criação” do Uruguai. Aqui, há de se considerar dois aspectos: enquanto a Província tinha como seu sustentáculo uma economia subsidiária, na medida em que o seu principal produto, o charque – o couro estava em segundo lugar – custava muito para produzir e pouco para vender, abastecendo prioritariamente o mercado interno, os platinos exportavam o seu produto para o mesmo mercado (basicamente os escravocratas cafeicultores do Rio e de São Paulo que tinham, por sua vez, por base, uma economia de exportação); e enquanto os platinos fixavam suas taxações com base na sua reconfiguração geopolítica, a Província se sujeitava às da metrópole, e aos “desmandos” dos prepostos daquela. Charque e sal – este majoritariamente importado de Cádiz e Setúbal, na Europa – eram produtos tão importantes na economia que, em alvará (uma espécie de decreto real) editado em 1818, ambos aparecem taxados em destaque, como segue:

Hei outrossim por bem determinar que a carne seca de charque que se extrair de qualquer dos portos do Brazil para portos estrangeiros por exportação, reexportação ou baldeação, pague de direitos por cada uma arroba 600 réis, e sendo exportada em navio de construção portuguesa e equipagem portuguesa, pague de direitos 200 réis.³

Outrossim, ordeno que nos direitos do sal, em que estavam estabelecidos direitos diversos para os nacionais e estrangeiros, fiquem de agora em diante igualados, e se paguem tanto por uns como por outros o direito de 800 réis por moio de sal nas Alfândegas de Portugal e Ilhas adjacentes.⁴

Pesavento resume o período:

Ao iniciar o século XIX, o Rio Grande do Sul tinha definido o seu perfil básico: uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno

³ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Uma República contra o Império**: A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

⁴ Ibidem.

brasileiro e uma sociedade militarizada que se forjava nas lutas contínuas com os castelhanos.⁵

Para o Brasil, e particularmente para o Rio Grande, a perda da Província Cisplatina significou a perda do gado uruguaio que não mais foi dirigido para as charqueadas rio-grandenses e sim para os “saladeros” platinos que se rearticulavam. Além disso, durante a campanha militar, novos conflitos surgiram entre os chefes locais e aqueles designados pelo centro.⁶

As Assembleias Provinciais, que vieram substituir os Conselhos em 1834, deram novo alento a uma maior autonomia, o que não se concretizou, pois as decisões econômicas mais importantes continuaram a ser da exclusiva alçada do presidente nomeado pela Corte. Precisamente ali, na Assembleia, é gestada a sedição contra o governo regencial, e que a seguir toma ares de movimento separatista, contra o Império.

Personagens, datas, manobras militares, feitos heroicos permeiam os livros de História, mas poucos são os historiadores que se detiveram nas prolixas relações políticas do período com a isenção da pesquisa; e menos ainda se detiveram nas relações diplomáticas, ao menos com a acuidade de Guazzelli e Moniz Bandeira que, na busca por fontes primárias, trazem a lume documentos que demonstram cabalmente o quão complexas foram as relações dos rio-grandenses com os seus vizinhos platinos. Daí a pergunta, que toma como ponto de partida a possibilidade real de desmembramento: em algum momento existiu homogeneidade no movimento que embasasse a criação de um Estado Nacional? Uma segunda: as relações diplomáticas travadas apontaram para o reconhecimento de um protoestado? E por fim: é possível se tomar como exemplo de iniciativa de fundação de uma república o movimento farroupilha, e por ele explicar a fundação de Estados Nacionais – claro que com as suas particularidades –, a fusão ou a cisão de territórios com povos ou etnias que não se identificam (como Bélgica, Iugoslávia, Timor Leste, Sudão do Sul, Criméia, Palestina, Curdistão e Catalunha) e até mesmo a criação de supra Estados, ou sua cisão, como os recentes exemplos da União Europeia e do “Brexít”?

Thompson, quando explicita o processo de alteridade, aponta para “o outro” como sendo o diferente, o que eu percebo que é diferente, o que é o que eu não quero ser. Portanto, para eu saber o que eu sou, devo ter consciência do que eu não

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

sou, baseando no outro essa afirmação, ou negação, identitária. Em sua obra “A formação da classe operária inglesa” ele afirma que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.⁷

Partamos, então, da hipótese de um “protonacionalismo”. Wasserman, citando Hobsbawm, conclui que “na América Latina não existia o equivalente europeu do protonacionalismo popular, discutido por Hobsbawm”.⁸ Esta, no texto, se aplica precisamente “às elites criollas”, mas bem pode se aplicar às rio-grandenses:

Para a elite “criolla”, as idéias de Independência tinham um caráter pré-nacional, a idéia de nação não tinha maior significado para a grande maioria da população e tampouco para os proprietários de terras, que estavam limitados geograficamente à área que controlavam. O poder político tinha caráter local ou regional e esse poder não representava qualquer sentimento de nacionalidade.⁹

Ainda assim, e com vistas a sedimentar a sua identidade e a sua alteridade com conceitos naquele momento histórico em voga em partes da Europa e nos Estados Unidos da América, as elites buscam fundamentar suas ações políticas – e belicistas – e diplomáticas em expoentes da filosofia política, como Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e Vattel. Iniciemos por Vattel, citado em correspondência de Bento a Menna Barreto:

(...) com ufania me perguntais donde veio esse Direito das Gentes? Responderei que vem de Vattel. É ele quem diz – que o uso dá o nome de guerra civil a toda guerra que se faz entre os membros de uma mesma Sociedade Política: se estão de um lado os cidadãos e de outro o soberano com aqueles que lhe obedecem, basta que os descontentes tenham alguma razão de tomar as armas, para que se chame a esta desordem guerra civil e não rebelião (...). A guerra civil rompe os laços da sociedade e do governo ou pelo menos suspende a sua força e efeito.¹⁰

⁷ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottmann. 1º vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 12.

⁸ WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina: Cinco Séculos**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

⁹ Ibidem.

¹⁰ PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. **Império**. 2º vol. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006.

Piccolo, além de transcrever com muita propriedade, as ideias de Vattel, ratifica as intenções de Bento na manutenção da “liberdade”, ainda que, sem fazer menção nesse trecho, utilize conceitos de Locke e Hobbes:

Locke introduz a noção de limite à soberania no Estado (numa conexão com o “Leviatã”, de Hobbes), quando admite que toda vez que o governo ameaçasse a propriedade dos cidadãos verificar-se-ia uma violação do contrato social, legitimando com isso o direito à revolução.¹¹

Pesavento subsidia a ideia de que os farroupilhas, transmutando para a sua realidade os conceitos filosóficos, obtiveram êxito em readequá-los.

De Locke, foi recolhido o princípio de legitimidade para o enfrentamento de um poder que ameaçava a propriedade e a soberania dos rio-grandenses. Entenda-se, no caso, o conceito de soberania como capacidade de livre determinação e interiorização dos mecanismos de decisão na província, com o fim de orientar-se para a satisfação dos interesses locais. Nesta medida, justificava-se a rebelião contra um poder arbitrário que restringia uma liberdade original, no caso aquela gozada pelos potentados locais antes da instalação da política centralizadora e unitária emanada da Corte.¹²

De Montesquieu, os farroupilhas tiraram a ideia da divisão dos poderes, traduzida, em termos ou interesses locais, na aceitação de um governo constitucional representativo¹³. Também traduz o significado dos termos “povo” e “cidadão”, reiteradas vezes utilizados em correspondências e na imprensa:

Quando é afirmada a liberdade individual ou há referências nos manifestos ao “povo”, a noção deve ser entendida como referente ao conjunto dos homens livres e proprietários, considerados como cidadãos ou detentores de direitos políticos. Tanto os farrapos legitimaram a escravidão quanto reafirmaram o sistema censitário do voto, restringindo com isso a participação política.¹⁴

Em suma, no Rio Grande do Sul o movimento circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os “cidadãos” que se autodenominavam “o povo do Rio Grande” e que arrastavam junto a si seus empregados e dependentes para lutarem num movimento em torno de causas alheias aos horizontes destas camadas dominadas. Não há, portanto, falta de correspondência entre o discurso político e a sua base social. O pensar e o agir correspondem aos interesses

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Org.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Org.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

dos grupos que empresariam o movimento, bem como à sua necessidade de manter a dominação sobre o corpo social.¹⁵

Considerando que uma análise histórica é feita a partir “do presente”, uma leitura comparada é, em alguma medida, inevitável. Assim, a título de paralelo, e mantendo-se no campo da teoria, e ainda, comparando o que não pode ser comparado, pois são contextos históricos muito diferentes, foi consultada a obra “Elementos de teoria geral do Estado”, de Dalmo de Abreu Dallari. Em rápidas pinceladas, ele afirma que, para além de povo, território, governo, moeda, língua etc., se faz necessária uma “finalidade”, a justificar a existência de um “Estado”¹⁶. Já a “nação” seria composta por aqueles que:

(...) nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, tendo um conceito idêntico de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais coletivos.¹⁷

E a “soberania” se apoia, no sentido de “independência”, “no poder de fato que tenha o Estado de fazer prevalecer sua vontade dentro de seus limites jurisdicionais”¹⁸, e no de direito, “se baseia na igualdade jurídica dos Estados e pressupõe o respeito recíproco, como regra de convivência”¹⁹.

Certo é que, quando Netto proclama a República, e os seus partidários, tanto quanto, ou mais que, às manobras bélicas, se dedicam a estruturar – e há de se reconhecer, com muita acuidade – um protoestado, (ainda que não nos moldes europeus), com proclamações, decretos, três poderes, garantias individuais e até um projeto de Constituição, com um invejável sustentáculo econômico e logístico (o conflito perdurou por quase 10 anos), dadas as circunstâncias, tentando se fazer reconhecer enquanto Estado, existia uma “finalidade”, existia um reconhecimento pelos seus – aqui contados os não considerados enquanto “povo” –, existia um reconhecimento pelos “outros”, e é plausível que acreditassem em um “projeto de nação” (vide Antônio Vicente afirmar que não era “brasileiro”), ainda que muito

¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatthy *et al.* (Org.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

incipiente, e dado que seus referenciais teóricos mais abalizados fossem, naquele momento, os Estados Unidos e a Suíça.

Daí se infere que “nação” e “pátria” se nos remetem mais a um contexto geográfico do que propriamente político ou jurídico, se aproximando do conceito alemão de “Vaterland”. Padoin afirma que

Com isso, a consciência de pertencimento a um espaço geográfico e político adquiriu o sentido de nação, que está vinculada à consciência de também pertencer a um determinado grupo (elite) localizado nesta região, identificando dessa forma seus interesses com os da nação ou da pátria. Assim, o significado de nação está relacionado à visão de pátria que se refere à região, ou seja, o local próximo de atuação, de relações e de domínio da elite. Essa visão vincula-se à de soberania e, assim, à de Estado, como podemos observar no Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, quando relaciona a idéia de *país*, ou seja, uma província transforma-se em país (Estado). Apresentado na Constituinte reunida em Alegrete, em 1843, expressava em seu art. 2º: “Seu território compõe-se de todo o País que formava antiga Província do Rio Grande do Sul, na época em que se proclamou a independência (...)”.²⁰

Retomando os processos de identidade e alteridade, há que se buscar, no primeiro, o conceito de igualdade. A mesma historiadora afirma que, citando Cavalcante, a igualdade era representada, enquanto princípio, “na identidade de propósitos e na condição de livres pensadores”²¹. Também há que se ter presente a ideia de identidade histórica e regional, o que foi muito bem percebido e delineado por Joana Bosak de Figueiredo. Ela cita Piccolo e Chiamonte, respectivamente:

Ainda segundo Piccolo, “o ‘ser rio-grandense’ não significava, no século XIX, apenas ser natural do Rio Grande do Sul; o ‘ser rio-grandense’ tinha internalizada uma identidade histórica construída.”²² Um bom exemplo de como essa identidade rio-grandense é aceita por brasileiros de outras províncias que se instalam no Rio Grande do Sul, é o caso de Domingos José de Almeida. Nascido em Diamantina, Minas Gerais, vem ao Rio Grande como tropeiro em junho de 1819. Acaba por ficar o resto de sua vida, participando de maneira contundente nos assuntos rio-grandenses, tornando-se Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense. Mesmo após o fim da guerra, como se verá, continua a atuar na Província, defendendo, junto à Corte, interesses que a ele parecem de todos os rio-

²⁰ PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. **Império**. 2º vol. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006.

²¹ CAVALCANTE, 1995, p. 61 apud PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. **Império**. 2º vol. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006.

²² PICCOLO, Helga I. L. p. 55 apud FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado Nacional (1851 – 1865)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

grandenses, como o cumprimento das promessas feitas por Dom Pedro II quando da pacificação da Província.²³

Partindo-se do final da Guerra Grande do Prata no Uruguai percebe-se que não existem identidades nacionais, mas sim identidades regionais, que segundo terminologia usada por Chiaramonte são provinciais, dentro daquela idéia de região-província defendida em Mercaderes del Litoral: há portenhos, entrerrianos, correntinos, orientais e rio-grandenses.²⁴

“À semelhança do nacional, o regional é um recorte da realidade, uma categoria para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, uma força de demarcar fronteiras e estabelecer limites. O regional funciona como um ponto de referência básico em torno do qual se aglutinam identidades e ideologias. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que funcionam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. (...) Embora sejam identidades abstratas as identidades precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas.”²⁵

Além daqueles, Guazzelli faz um contraponto da identidade regional não só em relação à alteridade que emergia “das fronteiras”, mas também em relação a uma identidade nacional:

A afirmação da identidade regional, necessária para a expansão e segurança dos limites nacionais, dificultara a incorporação de uma identidade nacional. A guerra externa, tantas vezes alardeada como um fator importante de consolidação do “ser nacional”, no caso do Rio Grande reafirmou o “continentino” – só bem mais tarde transformado em “gaúcho” – como quem carregava sobre os ombros o fardo pesado do Brasil, o “tempestuoso aboletamento” referido por Bento Gonçalves.²⁶

A elite pecuária rio-grandense, aliada a comerciantes imbricados a ela (portanto, uma classe), fomenta um movimento reivindicatório, exigindo autonomia, federalismo, radicaliza com o separatismo, fundando uma república, exigindo soberania, e esbarra na triste realidade da alteridade de Thompson: não basta fundar uma República; é preciso que “os outros” reconheçam nessa a soberania do “Direito das Gentes”, de Vattel.

²³ FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado Nacional (1851 – 1865)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000. p. 16.

²⁴ Ibidem, p. 24.

²⁵ OLIVEN, Rubens George p. 90 apud FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado Nacional (1851 – 1865)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000. p. 19.

²⁶ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Editora Linus, 2013. p. 118.

A proposta do trabalho é, então, perceber em que medida os integrantes do movimento acreditavam nas próprias palavras, em que medida aqueles que se opuseram ao movimento temiam ou acreditavam em uma separação territorial ou até em uma subjugação total, até que ponto os incipientes Estados Nacionais (existiam, então, esses Estados Nacionais?) oriundos do esfacelamento do Império Espanhol reconheciam a existência da tão propalada soberania e, por fim, como o Império do Brasil, tanto o executivo como o legislativo, gestionou essa possibilidade e manteve, com isso, relações diplomáticas com representantes dos sediciosos e das regiões vizinhas.

2 A VISÃO DE SI

A 15 de dezembro de 1844, desde o Rio de Janeiro, escreve para sua esposa Antônio Vicente da Fontoura:

Estou avisado para uma conferência amanhã com os ministros; veremos o que pretendem; quanto ao imperador, é escusado falar-lhe. Estou certo, muito certo que ele é um pobre menino puxado sempre e sempre dirigido pelo enxame vil de vis adaladores. Ele veio hoje à Corte para dar-me beija-mão. Recusei e continuarei a recusar, enquanto não for brasileiro.²⁷

É na condição de representante do governo republicano que Antônio Vicente se encontra na Corte, para tratar da agora almejada paz. Esse trecho da carta nos explicita, ainda que nas entrelinhas²⁸, primeiro: que Antônio Vicente não se considerava brasileiro, mas um “cidadão da República rio-grandense”; e segundo: que não tinha, ele, na figura do imperador, um déspota, mas um “pobre menino” que servia de fantoche àqueles que de fato conduziam a monarquia.

Voltando no tempo, em proclamação de 1838, Bento Gonçalves afirmava que:

²⁷ FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Co-edição. Caxias do Sul: Editora Educus / Sulina / Martins, 1984.

²⁸ A análise de textos documentais permite buscar dados, muitas vezes implícitos em discursos políticos, públicos ou privados, em uma documentação constituída basicamente por correspondência ativa e passiva, pública e particular; “ler nas entrelinhas” o que sujeitos históricos dizem quanto às duas idéias referentes ao Estado ou à região do(s) qual(ais) fazem parte, bem como suas noções de pertencimento a esses territórios, com uma idéia de identidade e suas relações com seus vizinhos. FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado Nacional (1851 – 1865)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000. p. 26.

Perdidas pois as esperanças de concluírem com o Governo de S.M. Imperial uma reconciliação (...) solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do Sistema Republicano, dispostos todavia a federarem-se, quando nisso se acordem as Províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema.²⁹

Bento deixa claro que – ao menos na proclamação – existe sim uma nova nação, nação essa soberana e republicana, que almeja ser tratada em igualdade de condições junto ao Império; mas deixa transparecer que a ideia de Província, ideia essa que se contrapõe a de soberania, ainda é, naquele momento, muito presente.

Da análise desses excertos se percebe que, ainda que durante todo o movimento farroupilha os ideais de autonomia, federalismo, soberania, republicanismo e Estado Nação fossem diuturnamente ratificados, existe, sempre, uma janela de possibilidade de que se baixem as armas, se implementadas determinadas condições da elite secessionista com vistas a garantias de fundo eminentemente econômico. A escolha de Bento e de Antônio Vicente para ilustrar “a visão de si” não se deu por acaso, pois ambos são figuras icônicas e antagônicas da Revolução. Enquanto Bento compunha o “grupo da maioria”, Antônio Vicente compunha o “grupo da minoria”; Bento era o “general guerreiro”, pecuarista e estereótipo do caudilho platino. Antônio Vicente era uma figura urbana, ocupando cargos públicos de importância, comerciante de sucesso e industrial. Um era a antítese do outro. Interesses comuns, no entanto, criaram um senso identitário comum, agora contra o Império e tudo o que ele representava.

Scheidt aponta para um texto do jornal farroupilha “O Povo”, que “ênfatisa a concepção de República como uma transformação radical da sociedade”:

Quando proclamamos o Sistema Democrático, já não foi uma simples luta pela Independência, que assumimos, desde aquele momento entramos nas fileiras do Exército humanitário, e nossa causa tornou-se a causa de todos os homens. [...] combatíamos unicamente por nós; mas apresentamo-nos [sic] a face do mundo, como republicanos, novos deveres nos eram impostos: já não éramos uma simples associação de homens, [...] – oferecíamos-nos, ao contrário, como uma Sociedade de homens livres, como um povo de irmãos incubidos de uma missão solene de civilização e de glória. Nós temos proclamado a face de Deus e dos homens, e cumprimos a promessa – Os homens são iguais e irmãos – toda a humana família tem uma mesma origem.³⁰

²⁹ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

³⁰ HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (Org.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

E em outro excerto, no mesmo jornal, encontramos uma visão reflexiva da intenção do Império:

“Custe o que custar, diz o Luzo Governo Imperial, lancemos na infâmia a Nação Brasileira, evoquemos sobre ella as maldições da Humanidade, cubramos nós mesmos de delicto, não importa, contando que esse Povo rebelde, esses republicanos ousados, ao menos pelo terror volvão outravez a resignar se debaixo da nossa bandeira opressora”.³¹

Por fim, dois trechos de missivas de Antônio Vicente, o primeiro para Bento Manuel, dando conta da negativa de intenção da República, deixando claro a posição “dos patriotas” (que têm esse papel solidificado na Cisplatina), e o segundo, já num segundo momento do movimento, para Mariano de Mattos, falando expressamente em “relações exteriores da República”:

Tantos protestos, Sr., devem ter já feito conhecer a V. Exa. que nós não queremos república e nem outras miseráveis invectivas de nossos comuns inimigos; queremos sim que se respeite e estime os homens da revolução e que não [se lance o ódio] ao nome ilustre do benemérito Coronel Bento Gonçalves da Silva e que não se autorize a perseguição dos patriotas.³²

Cidadão Ministro. Com vosso officio de 31 do mês passado, me foram entregues os tratados e mais documentos que dizem respeito às relações exteriores da República, para em vista de tudo emitir minha opinião com respeito à marcha da Divisão Expedicionária.³³

O uso do termo “cidadão”, aqui, não é uma mera figura de linguagem, mas sim uma caracterização ligada à semiótica, tanto caracterizadora do “burguês” como do “oriundo do povo”, muito bem delineada por Rousseau³⁴.

3 A VISÃO DO OUTRO

A fronteira – aqui considerada não como uma linha, mas como uma “faixa” muito larga e muito volátil – totalmente permeável entre o que era então a Província Rio-Grandense e o que havia restado do antigo Vice-Reinado do Prata facilita, em muito, e como em nenhum outro ponto de fronteira estabelecida do Império, uma relação simbiótica, na qual transitam o gado, os cavalos, as ideias e as armas, com

³¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau**: a Coleção Varela - documentos sobre a Revolução Farroupilha, 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009. p. 305.

³² Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 8ª vol. Porto Alegre, 1984. p. 235.

³³ Ibidem, p. 287-288.

³⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 34-35.

quase, ou nenhuma, ingerência dos poderes estatuídos ou ao menos reconhecidos como legítimos. É de se considerar, ainda, que, durante todo o período da Farroupilha, Buenos Aires era o centro catalisador de poder, querendo se afirmar como “soberano” dos rumos das Províncias de Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes, além de influenciar o novo Estado Oriental do Uruguai, abarcando, assim, a quase totalidade do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Assim, não só os mandatários postos, como os aspirantes a, e os regionais, travaram, em alguma medida, relações diplomáticas com a República – mas não deixaram de o fazer com o Império.

Este, por sua vez, já via as potenciais forças catalisadoras de um novo conflito contra os ditames da Monarquia se organizando (leia-se “as elites”) bem antes da “República” e se viu obrigado a manter o assunto na pauta do dia por mais de 10 anos, quicá despendendo mais energia nas relações políticas e diplomáticas do que propriamente nas ações bélicas. Essa afirmação tem um indício, a título de exemplo, na manutenção do Barão de Caxias como Presidente da Província após a cessação do conflito e nas posições de destaque de Antônio Vicente da Fontoura e de José Mariano de Mattos nas posteriores políticas do Império.

Guazzelli, na sua obra “O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata”, aponta, em nota de rodapé, o que segue:

Em depoimento para Alfredo Varela, o veterano farroupilha Manuel Lourenço do Nascimento afirmou: “Netto recorreu a quem havia feito amigáveis tratos com este: a Oribe, a cuja presença mandou seu irmão José, com um recado lembrativo dos ‘promettidos socorros para levar-se a effeito a independencia da província’. O presidente do Uruguay ‘respondeu que emquanto não erguessem um pavilhão, affirmando que lutavam pela idéa da separação, elle não comprometteria o futuro do seu paiz”.³⁵

Antônio de Souza Netto é quem proclama a República Rio-Grandense, após batalha nos campos do Seival em setembro de 1836. Ferrenho defensor do sistema republicano, aspirava utilizar-se de suas relações pessoais – essas relações eram significativamente comuns, misturando-se “o público” com “o privado” – com Oribe para sustentar, ao menos em parte, a proclamação.

Tais relações não passavam despercebidas aos representantes do Império na Província:

Em janeiro de 1836, Araújo Ribeiro comunicava ao ministro Limpo de Abreu *“ter Lavalleja saído de Buenos Aires para Entre Rios trazendo consigo*

³⁵ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

armamento. Esse homem, como V. Ex^a. sabe hé grande amigo dos nossos republicanos d'aqui".³⁶

Lavalleja, por sua vez, tinha estreita relação com Bento Gonçalves, firmada ao longo das Campanhas da Cisplatina; relação da qual é sabedor Bento Manuel Ribeiro:

A Divina Providencia permittio que fosse descoberto o plano dos perversos!
Com o pretexto de sustentar a gloriosa revolução de 20 de Setembro, elles tentão impôr vos o jugo da Dictadura!
O General Lavalleja, e o dictador Rozas auxilião esta atroz perfídia, e o desleal Paulino Fontoura, foi o emissário encarregado de tramar com elles.
Já seus agentes aparecem por Entre Rios.³⁷

Essas muito próximas ligações com o Prata são alvo de críticas “positivas”, com manifestações de imprensa legalista a “ressuscitar” as eternas disputas dos “lusos” com os “hispanicos”, fomentando o processo de alteridade. Assim, em fevereiro de 1836, O Liberal Rio-Grandense questiona...

Esperais proteção e amparo de Montevideú, como vos enganais tão grosseiramente! Ou Montevideú é forte ou fraco, se fraco não vos pode proteger, se forte vos desfrutará e devorará. Que liga farão Brasileiros que foram Portugueses com Americanos que foram Espanhóis?³⁸

Klafke aponta para o processo identitário: “trata-se de uma interessante proposição identitária ligada à política mais imediata. Procura incluir (apela aos brasileiros, não aos rio-grandenses) e delimitar, de certa forma reatualizando disputas coloniais ibéricas”.³⁹

Em agosto do mesmo ano, ratificando as suspeitas de Araújo Ribeiro, Duarte da Ponte Ribeiro escreveria ao Ministro Aguiar Pantoja, em documento reservado:

Que havia “*hum plano oculto para a separação da Provincia de São Pedro; e que o governador Rosas está de intelligencia com Oribe e Bento Gonçalves*”, tecendo argumentos que julgava comprobatórios desta intriga internacional: “1º. Tem sempre propalado a idéa de que a Provincia do Rio Grande tem direito e lhe convem separar-se (...) 2º. (...) A sympathia de principios; o desejo de enfraquecer o Brazil, que odeião; as vistas de fixar mais vantajosamente os limites deste Estado com o Rio Grande depois de

³⁶ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província**: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

³⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau**: a Coleção Varela - documentos sobre a Revolução Farroupilha, 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

³⁸ NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Império e a Fronteira**: A província de São Pedro no oitocentos. São Leopoldo: Oikos, 2014.

³⁹ Ibidem.

separado; e talvez a intenção de realizar planos de Federação anteriormente assalhados (...) 5º. Além dos motivos políticos (...) existem outros de interesse commercial”.⁴⁰

Essa tese é corroborada por Tau Golin:

Rosas e Oribe, os temerários inimigos do Império, viram nos farroupilhas o instrumento para fracionar o Brasil. Nos primeiros anos da insurreição, o governo portenho concebeu planos com a pretensão de transformar o perfil político da América meridional. Para alguns expoentes da historiografia brasileira, o apoio de Rosas ao movimento farroupilha tinha a intenção de “açambarcar” a República Rio-Grandense “tão logo se consumasse a separação” em relação ao Brasil.⁴¹

Adiante, Oribe e Rosas reclamam providências enérgicas do Império por conta do exílio de Rivera na Província de São Pedro: *“la guerra civil que se siente em aquella Provincia y el mismo estado politico exigen doblemente medidas eficaces, y de un orden especial para lograr este objecto”*⁴².

Rivera é uma personagem ímpar nesse contexto, cujas ideias, incluindo o Rio Grande, transitavam da República para o Império. Uma carta sua para Bento Gonçalves, além de buscar a identidade de objetivos, e por conseguinte, de princípios, aponta para um “acordo secreto” com vistas a concretizar os seus intentos. Vejamos:

Estando como estamos hermanados em principios, pues una misma es la causa por que ambos peleamos, pues si U aspira álibertar asu Patria sacudiendo el yujo deun Gobierno Monarquico yo peleo Para destruir un tirano que seha entronizado em mi patria, devemos tambien ponernos em inteligencia para favorecermos mutuamente y por mi parte no se perdonaram medios para arribar a ello, asi es que desde ya le invito, y lo hago con hechos no con palabras.⁴³

Já Moniz Bandeira afirma que:

Rivera, desde que voltou ao governo de Montevideú, passara a ajudar os *farroupilhas*, com os quais firmaria um tratado em 5 de março de 1843, às portas de Quaraím, embora continuasse a pleitear o amparo do governo imperial. Não era ele um homem de arraigadas convicções políticas. Recebera dinheiro tanto dos franceses quanto dos brasileiros e, a certa

⁴⁰ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província**: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

⁴¹ GOLIN, Tau. **A Fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Vol. 1. Porto Alegre, L&PM, 2002. p. 344.

⁴² GUAZZELLI, op. cit.

⁴³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau**: a Coleção Varela - documentos sobre a Revolução Farroupilha, 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

altura, pretendera constituir a Federação do Uruguai, reunindo a Banda Oriental, o Rio Grande do Sul e as províncias argentinas (então estados) de Entre Rios e Corrientes, da mesma forma que também imaginara transformar seu país em Vice-Reino, integrado no Império brasileiro, sendo ele nomeado vice-rei.⁴⁴

Como visto, também Oribe tem suas variantes com relação à República do Piratini. Remetendo-nos a obra de Duarte da Ponte Ribeiro, “As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata de 1829 a 1843”, Moniz Bandeira aponta um trecho daquela: “se Oribe continuasse a acolher os rebeldes como tinha feito até ali, ver-se-ia o governo imperial forçado a empregar medidas coercitivas para chamá-lo à ordem, principiando por um rigoroso bloqueio, que lhe tiraria as rendas”⁴⁵.

As relações de Rosas com o Império não parecem, em nenhum momento, intimidar os republicanos. Isso fica claro em carta da lavra de João Manoel de Lima e Silva datada de 1836, na qual reclama o apoio daquele:

He pois Excellentissimo Senhor para animar, e secundar tão heroica, quão necessaria revolução, que em nome dos Livres desta parte da America reclamo de Vossa Excellencia que se ha sempre apresentado, como o denodado Deffensor do Systema Federativo, sua energica, e valiosa protecção. Não consinta Vossa Excellencia que os retrogradados unitarios tryumphem dos Livres Federais Rio-Grandenses. A causa em que nos achamos empenhados he digna de Vossa Excellencia, e nossos perversos inimigos tambem o são deste Estado.⁴⁶

Na tentativa de estabelecer relações mais estreitas, a República envia como seu plenipotenciário Antônio Manuel Correa da Câmara ao governador Echague, de Entre Ríos, para que esse interviesse junto a Rosas. Este, aproveitando-se dessa tentativa, se manifesta ao ministro plenipotenciário do Império.

(...) el Gobierno de Buenos Ayres animado siempre de la buena fe y sinceridade que preside á todos sus actos, y muy especialmente á los que tienden a conservar sus amistosas relaciones com el Imperio del Brasil, suspendera el reconocimiento del Señor Correa da Camara en su character diplomatico, pero no lo repelera absolutamente, por que á juicio de S. E. el arribo de esta mision presentaba la lisongera oportunidade de dar principio á los buenos ofícios que esta resuelto a ejercer em obsequio de la paz y com el noble fin de obtener um arreglo amistoso entre los partidos

⁴⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata.** Porto Alegre: Editora Linus, 2013, p. 130.

contendientes del Rio Grande, en caso que ambos se presten deferentes á los nobles deseos de S. E. el Señor Gobernador (...).⁴⁷

Resta claro, na carta, que o governo de Buenos Aires não via a incipiente república como uma república, senão como uma província insurgente. Contudo, nas entrelinhas fica claro que Rosas deixa em aberto a possibilidade de reconhecimento de um potencial Estado, na medida em que dá título à Correa da Câmara – caráter diplomático – e fala em “partidos contendores”, afastando a ideia de sedição, tão comum quando se trata do Prata e a ele, Rosas, tão familiar.

Hemos de considerar, aqui, que o “Señor Correa da Camara” apontado na carta, não é um diplomata de primeira hora. Era já um versado diplomata do Império, acostumado com as “artes da diplomacia” em todos os seus aspectos. Tanto é que, em três correspondências suas, tomadas como exemplo, deixa clara a sua desconfiança para com as intenções de Rivera, trata de um porto para utilização da República em território uruguaio – na região de La Paloma, hoje não muito distante do Chuí –, e vai além das tratativas formais quando sugere a designação de um espião junto à Montevideu e arredores, sempre ressaltando a relação “nós” contra o “outro”. Aqui os excertos:

É para mim uma verdade de primeira intuição que apesar de certas concessões vantajosas por nossa parte ofertas – e que nenhum Governo seria capaz de alargar, tão amplas e tão bem garantidas, a outro – o nosso aliado, uma vez senhor de todo o território oriental, se apressará a desligar-se cada vez mais e mais da nossa causa, procurando justificar-se com o Governo Imperial e até reconciliar-se com o de Buenos Aires, deixando-nos por fim, e o menos indecentemente que lhe for possível, abandonados aos nossos próprios, únicos recursos; e será até ali o mal mais tolerável se ela não trocar em hostilidades e promessa que tiver feito de socorrer-nos e auxiliar-nos na presente luta.⁴⁸

De nada menos se trata que da aquisição de um porto: este porto, que jamais obteríamos da política versátil e medrosa de Oribe, vem às nossas mãos naturalmente depois que entabulamos certas negociações com o seu rival, e mormente depois que a vitória lhe deu o domínio pacífico de toda a Campanha.

Este porto não será somente o de Maldonado... um pouco mais longe (5 ou 6 léguas pouco mais ou menos) e na direção do cabo de Santa Maria existe um campo (bem nacional montevideano) que é banhado pelas águas que bordam o cabo e faz parte ou continuação daquela costa.⁴⁹

⁴⁷ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

⁴⁸ A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3229.

⁴⁹ A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3237.

Mas além deste emissário, outro, quanto a mim, deve ser dirigido com o fim secreto de colher, já dos oficiais do Exército, já dos particulares de mais nota, o que tiver transpirando das negociações entabuladas entre Oribe e Fructoso; que papel representa nesta cena o Brasil e seu pedantíssimo representante; até que ponto intervém nesta questão o Sr. Rosas, etc., etc. Este segundo enviado ou emissário poderá girar por todo o Exército e circunvizinhanças [lv.] de Montevideu a título de comerciante volante, comprador de mulas, etc. e bom será que em suas conversações dê a entender, sem afetação, que não está contente de nós outros. Preciso será que este emissário seja mui boto para não trazer-nos notícias importantes. O segredo não é o forte dos senhores orientais, e se o emissário puder penetrar dentro da praça, ali achará periquitos e papagaios de Oribe que, sem serem provocados, tudo lhe contarão, e além desses, todos os galegos ou pés-de-chumbo sempre dispostos a apregoar as suas vantagens e esperanças, e que acoitados da frenética comichão de falar dizem a torto e a direito quanto lhes vem à boca, e só emudecem, ou cessam de papaguear, quando têm esgotado todas as provisões do saco roto. Urge que o Governo da República esteja bem orientado antes de fazer partir a legação... As instruções dependem, às circunstâncias atuais, de dados precisos e absolutamente indispensáveis para o bom êxito da missão.⁵⁰

Já Pedro Ferré, governador de Corrientes, deixa muito clara sua posição com relação aos “republicanos rio-grandenses” em mensagem dirigida à “Legislatura General” daquela província:

Con anticipación habia buscado la amistad de los republicanos rio-grandenses como os anuncie el dia de vuestra inauguración; las relaciones com estos nuevos amigos de la libertad habían llegado a tal grado que sin embargo de hallarse sin terminar su cuestión con el Imperio hiicieron el ofrecimiento de algunos elementos de guerra.⁵¹

Os Tratados firmados entre a República e Rivera e também entre aquela e o governador de Corrientes, mais o Congresso de Paysandú, onde se reuniram representantes de Corrientes, Entre Ríos, Santa Fé e Uruguai, trazem, em seu bojo, uma tentativa de reconhecimento pelo outro. Assim, Rivera reconhecia no artigo 2º do Tratado de Cangué, de 1838, “*en nombre de la Republica y del Ejército Oriental la Independencia y el Título de la Republica Rio-Grandense y se constituye em estado de guerra contra todos los enemigos internos ó externos de la misma*”⁵². Frise-se que, por ocasião do Tratado, Rivera não havia retomado o posto de Presidente do Estado Oriental. Já a presença de Bento Gonçalves, ainda que – e de forma estratégica – não signatário do quanto firmado em Paysandú, incomoda sobremaneira os representantes do Império, pois apontam que:

⁵⁰ A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3240.

⁵¹ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 8ª vol. Porto Alegre, 1984. p. 153-154.

⁵² GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província**: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013. p. 164.

(...) ao passar o mesmo rebelde pela Villa de Salto fora recebido pelas respectivas autoridades com as honras devidas aos Chefes dos Estados independentes, e amigos, logo dirigi huma Nota a este Governo reclamando a prompta saída do mesmo rebelde do territorio da Republica, e huma satisfação pelas honras que indevida e escandalosamente lhe havião sido feitas (...).⁵³

O Império vê, nesse fato, um reconhecimento, por parte das autoridades então constituídas do Estado Oriental do Uruguai, de um Chefe de Estado na figura de Bento Gonçalves, a quem tinha – ou ao menos a quem expressava ter – tão somente, como a um sedicioso.

Já as relações com a República do Paraguai, que em um primeiro momento pareciam favoráveis, restaram prejudicadas pelas invasões patrocinadas pelos farroupilhas, em busca de cavalos, no território da atual Província de Misiones, região essa sob a influência daquele Estado. Carlos Antonio López, sucessor de Francia – que instituiu a República do Paraguai em território do Antigo Vice-Reino do Rio da Prata – e pai de Solano López, que haveria de tentar redesenhar as relações diplomáticas e comerciais do Prata, envia mensagem ao Congresso Nacional daquela incipiente República nos seguintes termos:

La Republica del Rio Grande havia destinado un enviado cerca del Gobierno de ésta República com el titulo de Ministro plenipotenciario, para ajustar un tratado de amistad y comercio. El Gobierno sin detenerse sobre la capacidade ó posibilidad politica del Estado comitente, oyó atentamente al titulado Ministro, y de un modo particular se le há insinuado que los súbditos Braseros sin distincion de sus opiniones, halarian hospitalidade en los puertos de comercio designados provisoriamente (...).⁵⁴

O início da mensagem é emblemático: Lopez afirma categoricamente que existe uma República, um “Estado comitente” e um ministro plenipotenciário; contudo, também fala em “súbditos Braseros”. Assume, assim, uma posição de neutralidade em relação ao conflito.

Nos estertores da Revolução, em 1843, Dom Tomás Guido comunica a derrota de Rivera ao governo do Império:

“El casi aniquilamiento en el Entre Rios de los principales medios de resistencia de Rivera lo coloca en la alternativa ó de recostarse con menos elementos de guerra á los rebeldes del Rio Grande para dar empuje á su

⁵³ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província**: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013. p. 184.

⁵⁴ Ibidem.

causa contra el Imperio, ó de reclamar de estos un auxilio pronto, com arreglo á las formales estipulaciones existentes entre aquel incendiario, y el Gefe del pretendido Estado de Piratini".⁵⁵

A palavra “pretendido”, aqui, deixa transparecer que o plenipotenciário portenho não reconhece a República como um Estado Nacional; entretanto, aponta para um protoestado, que poderá se solidificar, em não sendo tomadas as providências, por parte do Império, para que isso não ocorra, a exemplo da Confederação Argentina.

A par dessas “relações externas”, a República se manteve na “ordem do dia” não só na imprensa legalista como no parlamento e nos gabinetes do Império. Klafke aponta que, já em 1833, por ocasião de protesto lançado pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Porto Alegre contra o saque feito pelo Ministério das Finanças na Tesouraria Provincial, o Jornal “O Observador” aventava, para além da separação, a “incorporação ao Estado vizinho”:

A partir de um protesto que, em princípio, poderia ser resolvido em termos federativos, passa-se a inferências e elucubrações demonstrativas do clima político absolutamente tensionado já então, pois o redator não se peja de acusar, muito explicitamente, cabalas que visariam à formação de uma reunião de províncias sulistas (o termo utilizado, mais assustador, é incorporação), sob qualquer título, mas que de toda maneira promoveria a separação do Rio Grande do Império. Essa foi, de maneira geral, a tônica dos discursos legalistas quando se referiam às relações com o Uruguai e as Províncias Unidas, manancial de exemplos negativos relativos ao republicanismo.⁵⁶

Piccolo, citando Manuel Duarte, nos diz que:

Fica evidente como os governos se desprestigiavam não conseguindo pôr termo à revolução. Embora não tivessem exatamente a mesma orientação em relação à guerra, liberais e conservadores não mediram esforços para reintegrar o Rio Grande do Sul no Império. Portanto, o projeto de lei apresentado pelo deputado baiano Antonio Ferreira França na sessão de 13 de maio de 1837, e que encerrava uma proposta emancipacionista para o Rio Grande do Sul, não seria, como realmente não foi, considerado.⁵⁷

Aqui também se evidencia a insólita proposta de um deputado rechaçada tanto por liberais quanto por conversadores, emancipacionista, que não era vista,

⁵⁵ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

⁵⁶ NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Império e a Fronteira: A província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Org.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

contudo, como de todo absurda por parte do parlamento, dados os próximos excertos, de Padoin, citando Piccolo:

Também acrescentamos as palavras do deputado baiano Antônio Pereira Rebouças, em 28 de janeiro de 1843, ao comentar que a Câmara de Deputados consagrou a expressão “guerra civil” para definir o movimento do Rio Grande do Sul: “(...) ao abrigo desta definição, segundo o direito das gentes, podem [os rebeldes] acordar, convencionar, e tratar com o governo do Brasil, gozar as garantias dos prisioneiros de guerra como de nação a nação”.⁵⁸

Surgiram também depoimentos no Parlamento que, de certa forma, admitiram o caráter de estado de separação do Rio Grande do Sul, como discurso do senador liberal pernambucano Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti: “com ingratidão se rebelou contra o Império (...). A província do Rio Grande do Sul (...) tinha seus representantes nas câmaras; e os seus representantes em até da maioria, eram do governo, e nunca representavam, nunca reclamavam alguma coisa; e essa província ingrata rebela-se, *separa-se*”.⁵⁹

Com o prolongamento da guerra, havia discursos no Parlamento brasileiro admitindo a condição do Rio Grande do Sul de ser província separada, adquirindo os direitos de nação, ou seja, de Estado independente, nas relações com o “governo do Brasil” e com seus vizinhos. Assim, foi no direito das gentes que se buscou também a orientação da ação do Império em relação aos revolucionários rio-grandenses, vistos como rebeldes. Foi esse também o fundamento legal utilizado pelos farrapos para justificar o direito à guerra e à separação.⁶⁰

Por fim, trecho de correspondência de Antônio Paulino Limpo de Abreu, Ministro do Império, a José de Araújo Ribeiro, em dezembro de 1835, deixa muito claro que a hipótese de separação era concreta bem antes da “proclamação” da República:

Alem de que não se provão as arbitrariedades, e violencias que se dizem praticadas pelo ex-Prezidente Braga, e que servirão de pretexto a sedicção que rebentou em Porto Alegre, acresce, como Vossa Excelencia, sabe que de muito tempo se propala o plano de separar do Imperio a Provincia do Rio Grande de São Pedro, plano este, que se diz protegido por algum dos Estados vizinhos. O Governo recebeu ultimamente a este respeito as communicações que por copia devolvo a Vossa Excelencia sob numero 1º, e observando por uma parte a falta de um motivo que podesse justificar a sedicção, e pela outra parte o interesse que podem ter alguns Nacionais e os referidos Estados em separar a Provincia, aquelles para satisfazer suas ambições e vinganças, e estes por considerem esta medida vantajosa á sua segurança e vistas politicas, não pode deixar de inquietar-se vivamente

⁵⁸ PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. **Império**. 2º vol. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006. p. 63.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 63.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 63.

sobre o exito que possuem vir a ter os negocios futuros destinos da Provincia, que foi confiada á sua administração.⁶¹

O que só reitera que não só em Buenos Aires, Montevidéo, nas “Províncias do Litoral” ou no Paraguai, mas também entre os Legalistas, no Parlamento e nos gabinetes do Império, a ideia de alteridade e identidade com relação a possibilidade de separação da Província do Rio Grande era muito presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação da insurreição, apontada pela bibliografia consultada – e atestada pelas fontes primárias citadas – sempre é de ordem econômica, ainda que permeiem as de ordem política (a centralização do Império) e social (os militares rio-grandenses foram aliados das decisões estratégicas e táticas da Cisplatina, o que provocou a perda daquela Província), repisando na cobrança das altas taxas de “exportação” do charque e de importação do sal indispensável ao fabrico daquele. Como explicar, então, que a regência não conseguiu equalizar as demandas dessa economia subsidiária com as de exportação do centro? Seriam os gabinetes insensíveis às demandas das elites rio-grandenses? E como explicar, após a derrocada de Rivera e o início da Guerra Grande, a manutenção da revolta, economicamente combatida pela impossibilidade de carrear os seus produtos para Montevidéo e adjacências, dali “reexportando-os”?

Todas as respostas são insólitas, e se justificam dentro do processo identitário. Juremir Machado da Silva, na sua obra (polêmica) “História Regional da Infâmia” nos dá conta de um surto de carrapatos que ocorreu em 1834, sendo vetor – não só figurada mas concretamente – da crise que desembocaria nos acontecimentos de 1835. Estudos específicos de parasitologia apontam, hodiernamente, para uma zona livre de carrapatos, abaixo do paralelo 32º do hemisfério sul – o que significa dizer que boa parte do Uruguai e da Argentina de hoje não sofre a infestação desse parasita, ao contrário do Rio Grande do Sul. A dita infestação, agudizando a crise – à época não havia formas acuradas de controle – de certo desequilibrou a balança a favor dos platinos.

⁶¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Guerra civil no Brasil Meridional (1835/1845):** Documentos da Coleção Varela. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

Já a última pergunta é respondida por Guazzelli, na medida em que o Império não poderia, estrangulando a economia da Província insurreta – e habilmente manejando a diplomacia para com aquela, em sentido “lato” – reduzi-la à bancarrota. Daí porque

Ao longo de 1843 e 1844, a Guerra Grande que envolvia o Estado Oriental condicionara algumas estratégias de sobrevivência para farroupilhas e legalistas, impedidos de realizar negócios no país vizinho. Assim, os republicanos estabeleceram algumas normas para abastecerem os centros urbanos ocupados pelos imperiais, e puderam introduzir gado em pé e carne em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Havia algumas precauções em relação aos cavalos, pelo lado dos farroupilhas, enquanto os legalistas cuidavam para que armas e munições não fossem parar nas mãos dos rebeldes. Levada a exame do Conselho de Estado, pragmaticamente as altas autoridades fizeram vistas grossas a este insólito contrabando, pois não havia outra medida a tomar.⁶²

A par de todos os conflitos armados que se deram por ocasião do movimento farroupilha, junto de uma desorganização político-administrativa no território da Província de São Pedro, fazendo com que “o povo”, tão caro aos farrapos quanto aos imperiais sofresse direta ou indiretamente por conta da pobreza econômica decorrente não só desta, mas de qualquer guerra de longa duração, certo é que houve, por parte das elites mandantes, uma sequência de articulações de cunho eminentemente diplomático não só junto à Corte, mas também junto aos incipientes Estados Nacionais (e adjacências) circunvizinhos no sentido de reconhecer, ou não, um novo Estado. Esse intuito foi *conditio sine qua non* na elaboração de um processo identitário aos partidários farroupilhas. Explico: iniciaram o conflito sendo brasileiros, parte integrante do Império. Passam a ser rio-grandenses, republicanos, “continentinos”. E voltam, ao fim e ao cabo, a ser brasileiros, tudo em nome da manutenção dos seus interesses, quais sejam, uma maior autonomia política e econômica em relação à metrópole – com o que esta concorda à vista de um iminente conflito com um Rosas cada vez mais parecido com um “unitário”, ainda que um “federal” –, e a solidificação, que perdurou até pelo menos à “República Velha”, de uma ideia de “nação” diversa de “brasileira”. Nesse aspecto, afirma Guazzelli que: “é importante observar que as identidades americanas se definiram apenas pelas suas alteridades: “nós” e os “outros”. Neste sentido, são os grupos

⁶² NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Continente em armas**: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010. p. 116.

dominantes que normatizam as identidade e alteridades: quem somos “nós e quem são os “outros””⁶³.

Assim, é possível apreendermos aspectos universais de formação e conformação de um Estado – claro que com estudos muito mais aprofundados – a partir do estudo da “República Rio-Grandense” enquanto fenômeno geopolítico, econômico e identitário.

ARQUIVOS, BIBLIOTECA E MUSEU

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul
 Arquivo Histórico do Itamaraty
 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
 Arquivo Nacional
 Biblioteca Nacional
 Museu Municipal de Cachoeira do Sul

REFERÊNCIAS

A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3229.

A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3237.

A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. CV-3240.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 8ª vol. Porto Alegre, 1984.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Uma República contra o Império:** A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Guerra civil no Brasil Meridional (1835/1845):** documentos da Coleção Varela. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau:** a Coleção Varela - documentos sobre a Revolução Farroupilha, 1835/1845. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os soldados libertos são os mais valentes:** a Coleção Varela – documentos sobre a guerra civil farroupilha, 1835-1845. 20º vol. São Leopoldo: Oikos, 2014.

⁶³ GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província:** a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013. p. 19.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:** Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata:** a identidade regional e o Estado Nacional (1851 – 1865). 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário:** de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Co-edição. Caxias do Sul: Editora Educus / Sulina / Martins, 1984.

GOLIN, Tau. **A Fronteira:** Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Vol. 1. Porto Alegre, L&PM, 2002.

GUAZZELLI, Cesar A. B. **O horizonte da Província:** a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (Org.). **Histórias regionais do Cone Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Continente em armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Império e a Fronteira:** A província de São Pedro no oitocentos. São Leopoldo: Oikos, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy *et al.* (Org.). **A Revolução Farroupilha:** História & Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. **Império.** 2º vol. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social.** Porto Alegre: L&PM, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottmann. 1º vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WASSERMAN, Claudia *et al.* **História da América Latina**: cinco séculos. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.